

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONe064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CONTRATO N°. 005/2019 - SEMINF/SEMAOB  
PREGÃO PRESDENCIAL N° 004/2019 - SEMINF/SEMAOB

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO  
DE MÁQUINAS PESADAS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACAÉ E A  
EMPRESA INTER - SEA CONSTRUÇÕES E  
EMPREENDIMENTOS LTDA, NA FORMA  
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS,** que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ,**inscrito no CNPJ sob o n° **29.115.474/0001-60,** estabelecido na Avenida Presidente Sodré  
n° 534, Bairro Centro, Macaé/RJ, CEP: 27.913-080, neste ato representado pelo Secretário  
Municipal de Infraestrutura, devidamente nomeado pela Portaria n° 024/2017, Sr. **CÉLIO  
CHAPETA MATTOSO,** brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de  
Identidade n° 98.523.746-0 expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n°  
176.889.067-68 doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e, do outro lado, a  
empresa **INTER -SEA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ  
sob o n° n° 14.952.908/0001-00, com sede na Avenida Rui Barbosa, n° 1860, Sala 110,  
Bairro Cajueiros, Macaé/RJ, neste ato representado por seu representante legal, Sr.  
**MARCO AURÉLIO GUIMARÃES MELO ,** brasileiro, divorciado .empresário, nascido em  
22/02/1963, residente e domiciliado na Rua São João Batista, n° 73, Bairro Jardim Vitória,  
Macaé/RJ, CEP: 27.944-735, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,**conforme autorizado no Processo Administrativo n.° 15781/2019, na forma da Nota de  
Empenho constante dos autos, regendo-se o presente instrumento pelas normas da Lei  
Federal n° 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, bem como pelas normas  
municipais de Macaé de administração pública.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA**

**ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
PESADOS (Escavadeira Hidráulica, Trato de Esteira, Carreta para Transporte Pesado  
Rolo Vibratório) .inclusive Operadores, Manutenção e Combustível, visando dar  
continuidade a manutenção das estradas vicinais nos Distritos, conforme condições,  
quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em consonância ao  
disposto no Edital, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de  
Infraestrutura,** sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO,** conforme termo  
de referência em anexo, que faz parte integranfe.e complementar do Processo  
Administrativo n° 15781/2019. \

1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON®064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O Município efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente  
   prestados no valor de R$1.073.532,24 (hum milhão e setenta e três mil, quinhentos e trinta e  
   dois reais e vinte e quatro centavos), e nele deverão estar incluídas todas as despesas  
   necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o Município.
2. O valor global não implica na obrigatoriedade do Município solicitar os serviços até o  
   referido valor.
3. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem  
   como na Nota de Empenho correspondente.
4. A Contratada declara que os preços propostos para execução dos serviços  
   contratados levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens,  
   impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das  
   obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título  
   de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.
5. Os pagamentos serão efetuados pelo Município, em moeda corrente nacional, por  
   meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por  
   servidores competentes da Secretaria e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias,  
   contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.
6. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será  
   acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31 ° (trigésimo primeiro) dia  
   da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de  
   antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês,  
   calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30° (trigésimo) dia da data do  
   adimplemento da obrigação.
7. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições  
   determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções  
   normativas vigentes.
8. Nenhum faturamento da Contratada será processado sem que tenha sido  
   previamente emitido o respectivo Boletim de Medição.
9. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do  
   contrato e do período a que se refere a prestação dos serviço^fas seguintes informações:

*2*

S

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONfi064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. O número do instrumento contratual;
2. O número do boletim de medição;
3. O nome e código do banco;
4. Agência e número da conta corrente da contratada.
5. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria  
   Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:
6. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:
7. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente aos trabalhos desenvolvidos no mês  
   anterior (valor do serviço), ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;
8. Certidão Negativa de Débitos (CND) junto a Seguridade Social - INSS, sendo  
   admitida mediante apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa na  
   forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195 § 3o;
9. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
10. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol do Município;
11. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;
12. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente o mês  
    anterior trabalhado;
13. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente o mês  
    anterior trabalhado;
14. A fatura não aprovada pelo Município será devolvida à CONTRATADA para as  
    necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
15. A devolução da fatura não aprovada pelo Município em hipótese alguma autorizará a  
    CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos  
    devidos aos seus empregados.
16. Sobre o valor total da remuneração incidem as pbrigações fiscais, conforme a

legislação vigente.

3





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON°064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por  
   escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município.
2. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e  
   obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.
3. O Município poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do  
   pagamento vinculada à execução de determinada atividade, nos seguintes casos, dentre  
   outros definidos neste contrato:
4. Imperfeição dos serviços executados;
5. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito dos serviços  
   prestados, por parte da secretaria responsável pelo contrato;
6. Débito da CONTRATADA para com o Município, que provenha da execução deste  
   contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não  
   integrantes da fatura referida no *caput;*

2.18.4.0 não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.18.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da  
execução do presente contrato.

1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do Município, no prazo estabelecido  
   neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos  
   orçamentários consignados ao **Município,** programa de trabalho 154510003.1.153,  
   elemento de despesa 339039.00.00, nota de empenho 001790/2019, emitida em  
   29/08/2019, vigente para o exercício de 2019.
2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a

manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores,

onde existirão verbas consignadas em dotação ap  
anualidade.

ropriada, em observância ao principio

da



4



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONe064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CLÁUSULA QUARTA - INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de  
   empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do  
   Município nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento  
   sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, a contar de 03/09/2019.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

1. Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e  
   irreajustáveis podendo ser reajustados após um ano, e assim, a cada período de um  
   ano contado do último período anterior ao novo ciclo, desde que requerido pela  
   CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento,  
   obedecendo, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-  
   lo, consoante a seguinte fórmula:

Pn = (ln/lo) x Po

Sendo:

Pn = Preço no mês desejado;

In = índice referente ao mês de aniversário da proposta da CONTRATADA;

lo = índice referente à data de apresentação da proposta pela CONTRATADA;  
Po = Preço inicial.

1. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a  
   etapa do serviço que sofrer atraso em conseqüência da ação ou omissão motivada pela  
   própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido  
   autorizada a respectiva prorrogação.
2. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve  
   considerar a data do último reajuste concedido.
3. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o  
   motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.
4. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência  
   do contrato e até a data de aniversário da proposta serão objeto^d© preclusão com a  
   assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato

5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONQ064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
2. Executar os trabalhos conforme formulários, orientações, rotinas e prazos  
   estabelecidos pelo MUNICÍPIO, os quais serão disponibilizados para a empresa após a  
   assinatura do pertinente instrumento de contrato;
3. Arcar com os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato,  
   correspondentes a deslocamentos, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras  
   despesas vinculadas ao objeto contratado;
4. Não aceitar demanda na qual esteja faltando documentação mínima necessária para

CD

realização do serviço ou em que esteja impedida de atuar;

1. Responder, na qualidade de fiel depositária, por toda a documentação que lhe for  
   entregue pelo MUNICÍPIO, até devolução, sob protocolo;
2. Comunicar por escrito ao Município a existência de impedimentos de ordem ética ou  
   legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o imediatamente;
3. Não recusar, salvo por motivo justificado, a prestação dos serviços que lhe forem  
   solicitados;
4. Corrigir, gratuitamente, e no prazo fixado pelo Município os serviços que apresentem  
   incorreção e imperfeição, sem prejuízo das multas contratuais;
5. Esclarecer prontamente ao Município as questões relativas aos trabalhos  
   desenvolvidos, quando solicitada;
6. Responder perante o Município por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a  
   sofrer em decorrência da prestação dos serviços contratados, por atos de seus empregados,  
   mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Município o  
   exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade, subsidiariedade ou  
   responsabilidade de qualquer natureza;
7. Facilitar e permitir ao Município, a qualquer momento, a realização de auditoria dos  
   serviços em sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à  
   CONTRATADA;
8. Não utilizar o nome do Município em quaisquer atividades de divulgação de sua  
   empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON9064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Não se pronunciar em nome do Município a órgãos da imprensa ou clientes sobre  
   quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;
2. Não utilizar nem reproduzir, fora dos serviços contratados, atos normativos,  
   documentos e materiais encaminhados ou divulgados pelo Município;
3. Comunicar ao Município, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer  
   alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico;
4. Comunicar com antecedência mínima de 02 (dois) dias o pedido de afastamento  
   temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, *e-mail);*
5. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados,  
   informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer  
   forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão  
   dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal,  
   responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da  
   responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
6. Todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras incidentes sobre o objeto  
   deste Contrato;
7. A CONTRATADA responderá, ainda, pela observância das Leis, Posturas e  
   Regulamentos;
8. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em  
   compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e  
   qualificação, na forma estabelecida;
9. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias,  
   civis, previdenciárias, fazendárias, trabalhistas e seguros, bem como por todas as despesas  
   decorrentes da prestação dos serviços ora contratados, respondendo por si e por seus  
   sucessores;
10. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas,  
    sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de  
    eventuais inobservâncias delas;
11. O Município não é responsável por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas

à legislação tributária, trabalhistas, previdenciária ou securitária, decorrente da execução ora  
contratada, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivament^rContratada.



7



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON-064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Apresentar ao Município, junto com a(s) nota(s) fiscal(is) o documento elencado no  
   subitem 2.11, sob pena, de retenção total ou parcialmente do pagamento da(s) nota(s)  
   fiscal(is).
2. Assumir total responsabilidade pela execução dos serviços que apresentarem não-  
   conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos  
   e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município, arcando com as  
   respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de  
   imediato ao Município o valor do prejuízo acarretado.
3. Cumprir os serviços, objeto deste contrato, dentro da melhor técnica, e qualidade,  
   bem como, repor, por sua conta e responsabilidade, aqueles considerados inadequados ou  
   imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, ficando a critério do  
   Município aprovar ou rejeitar os materiais fornecidos.
4. Atender a prestação dos serviços ora contratado sem qualquer vínculo seja de ordem  
   trabalhista, tributária, previdenciária ou social com o Município.
5. Requerer a exclusão do Município de lide que venha a ser movida por qualquer  
   motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob  
   pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e  
   danos, sem prejuízo de rescisão contratual
6. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento  
   das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.
7. O Município não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da  
   Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros  
   alegados.
8. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades  
   ocorridas na prestação de serviço.
9. Responder pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de  
   Infraestrutura, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou  
   reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.
10. Cumprir todas as orientações  
    cláusulas deste Termo.

da CONTRATAr^TE para o fiel cumprimento das



8

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

II SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON9064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Acatar todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se à sua ampla e  
   irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às  
   reclamações formuladas.
2. A CONTRATADA terá a obrigatoriedade de fornecer todos os veículos mencionados  
   neste Termo de Referência com o emplacamento no Município de Macaé;
3. Substituir os equipamentos, em caso de defeito, vicio ou qualquer outro evento que  
   impossibilite sua utilização, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. São obrigações do Município:
2. Fornecer as especificações, instruções e localizações que se fizerem necessárias  
   para o cumprimento dos serviços;
3. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução  
   dos serviços;
4. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da  
   CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização dos  
   serviços correspondentes;
5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
6. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização quanto à execução dos serviços,  
   mediante representante especialmente designado, com as atribuições do Art. 67 parágrafos  
   1° e 2o da Lei n° 8.666/93, sem prejuízo de a Contratada fiscalizar seus empregados,

prepostos ou subordinados. A fiscalização  
responsabilidades:

1. Registrar ocorrências relevantes.

ser designado tera as seguintes

0)

1. Determinar medidas necessárias ao fiel cumprimento.
2. Atestar faturas, se conforme, para efeito de pagamento.
3. Elaborar relatórios de não-conformidadeXi }

9



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONS064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Fiscalizar as condições de cumprimento das normas regulamentares, sob  
   responsabilidade da Contratada.
2. Notificar, por escrito, à Contratada de eventuais irregularidades encontradas no fiel  
   cumprimento de suas obrigações, fixando prazos para sua correção.
3. O Município se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratado, na sua  
   totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.
4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues  
   e faturados, nos prazos previstos neste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO

* 1. Os serviços serão vistoriados pelo Município responsável pelo contrato, diretamente  
     ou por quem esta vier a indicar.
  2. Por interesse do MUNICÍPIO e a qualquer tempo, a empresa poderá ser reavaliada  
     quanto à habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a prévia e ampla  
   defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das  
   demais cominações legais cabíveis:
2. Advertência;
3. Multa;
4. Multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da obrigação,  
   comprovado e atestado que não foram fornecidos os produtos adjudicados,  
   entregues com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das  
   atividades do município, até o limite de 20%(vinte por cento) quando não comprove  
   motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação  
   assumida, dentro do prazo estabelecido.

10.1.2.2. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre

lor estabelecido no item 2.1

deste Contrato, pela paralisação total ou parcial do fornecimento e/ou prestação dos  
f

10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON5064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB



materiais/produtos e/ou serviços, sem justa causa e previa comunicação a  
Administração.

1. Na hipótese mencionada no item anterior, a paralisação injustificada por  
   período superior a 03 (três) dias consecutivos caracterizará o descumprimento total  
   da obrigação, bem como a inexecução total do contrato, punível com a imediata  
   rescisão contratual.
2. Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor estabelecido no item 2.1  
   deste Contrato, pelo atraso no cumprimento de exigência contratual ou solicitação da  
   fiscalização.
3. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas será  
   limitado a 20% (vinte por cento) do equivalente ao valor total global deste contrato.
4. Suspensão temporária, por um prazo não superior a 02 (dois) anos, de participar em  
   procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízos de  
   outras sanções cabíveis.
5. As sanções previstas nos subitens 10.1.2.1 a 10.1.2.5 poderão cumular-se e não  
   excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida defesa prévia.
6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública  
   enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a  
   reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida  
   sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após  
   decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
7. A **Contratada** poderá defender-se da aplicação da multa, em petição motivada,  
   dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data de recebimento da  
   notificação, que será recebida no efeito devolutivo, caso em que o Município comunicará,  
   posteriormente, a manutenção ou relevação total e/ou parcial da multa.
8. O valor das multas será descontado dos pagamentos a serem efetuadas à  
   Contratada, dos saldos remanescentes, ou sobre qualquer crédito que a contratada possua,  
   podendo, conforme os casos serem inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.
9. Sempre que não houver prejuízo para o Município, as penalidadesJrripostas poderão  
   ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critenq.

11



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONS064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo  
   de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não  
   cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.
2. As penalidades previstas no Edital, na legislação de regência e no contrato serão  
   apuradas e aplicadas pelo Ordenador de Despesas e/ou Comissão de Fiscalização,  
   conforme o caso, levando em consideração a natureza e a gravidade da infração  
   cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública e os antecedentes  
   do infrator, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de eventual ação  
   por perdas e danos que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

1. Constituem motivo para rescisão do presente contrato, independentemente de  
   notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele  
   previstas e na Lei n° 8.666/93, o descumprimento de qualquer de seus termos,  
   cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer  
   situação prevista no art. 78 e nas formas do art. 79, do Estatuto das Licitações Públicas.
2. No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que  
   lhe tenham sido solicitada.
3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no  
   momento da rescisão, poderá o Município efetuar a retenção de valores devidos à  
   CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.
4. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a CONTRATADA somente terá direito à  
   remuneração pelos serviços realizados.
5. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, a seu  
   exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas,  
   até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.
6. A CONTRATADA reconhece os direitos do Município, em caso de rescisão  
   administrativa, prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda -  
   SEMFAZ, com cópia a Coordenadoria Geral de Contratos no jarazq máximo de 10  
   (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Coritrato qu Instrumento

12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON5064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por  
cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual,  
mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou  
títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta  
   específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé;
2. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada  
   para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores  
   das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo  
   Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais,  
   previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais

como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição  
verbas rescisórias;

CD

1. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for  
   utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;
2. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a  
   garantia;
3. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou  
   repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

12.1.6.0 prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação,  
acrescido de 90 (noventa) dias;

1. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do  
   objeto pela fiscalização;
2. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia  
   estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois  
   décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo  
   de 5% (cinco por cento);

12.1.9.0 atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia  
poderá acarretar a rescisãcf unilateral da contratação, sem prejuízo da multa  
prevista no subitem anteriorr-J. 2 .



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETON’064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO,  
ETC.

1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem  
   devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições  
   devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes  
   de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos  
   serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo Município, devidamente expressas  
   neste contrato.
2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das  
   alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto  
   deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:
3. Caso haja diferença a maior, o Município somente procederá ao pagamento  
   mediante comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;
4. Na hipótese da **Contratada,** vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o  
   **Município** procederá à revisão do custo indicado na data-base;
5. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos  
   que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste  
   contrato.
6. O Município se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender  
   conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos  
   devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
7. Quando por disposição legal, o Município for o responsável pelo recolhimento de  
   tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada,** vier a  
   responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por  
   não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos  
   devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção,  
   ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento  
   apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ISS

1. A **Contratada,** no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas  
   todas as condições pertinentes contidas no artigo 29 e Seus incisos, da Lei n° 8.666/93,

14

B

estado do rio de janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS  
DECRET0No064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB**

devendo imediatamente comunicar o Município qualquer alteração que possa  
comprometera manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO

1. Ficam fazendo parte deste instrumento contratual, como se nele estivessem  
   inseridos, o Processo Administrativo n° 15781/2019, seus anexos e demais documentos  
   que o instruem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas  
   mediante Termo Aditivo e em conformidade com o Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que  
   sejam julgadas convenientes.
2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em  
   parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como  
   concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável  
   pela **Contratada.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU  
OMISSOS

1. Tal como prescrito na Lei, o Município e a **Contratada** não serão responsabilizadas  
   por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior,  
   ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

1. A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição  
   indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Município, nos termos do  
   parágrafo único do artigo 61 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A administração do Município analisará, julgar^'

questões alusivas a incidentes que se fundamentem\e

força maior.

cada caso, as

decidirá, em

rrlotivos de caso fortuito ou de

15





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

DECRETONS064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

1. Para os casos previstos no caput, o Município poderá atribuir a uma comissão, por  
   este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que  
   se fundamentem naqueles motivos.
2. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em  
   decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o Município no exercício de  
   atividades especificas do cumprimento deste contrato, inclusive nas analises ou  
   autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.
3. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo  
   profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional  
   concessão do Município, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público,  
   não seja interpretado como regra contratual.
4. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do  
   presente contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato,  
   qualquer alteração em seu endereço ou telefone.
5. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma  
   das clausulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.
6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e  
   indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Município.
7. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá  
   sempre o disposto no contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N° 12.846/13 E DECRETO  
MUNICIPAL N° 207/15

1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se  
   comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem  
   quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer  
   pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios  
   de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou  
   indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo  
   garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE OBRAS

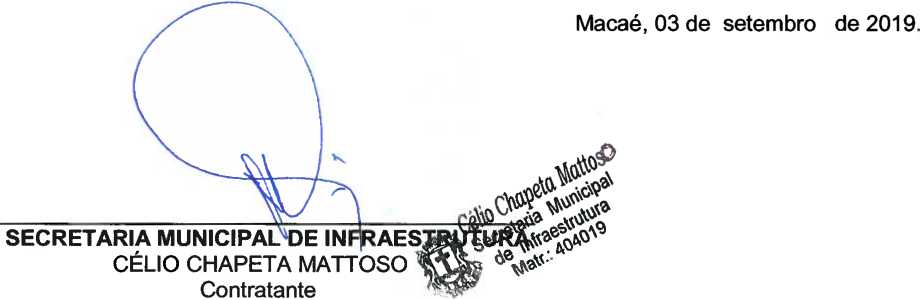
DECRETONe064/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SEMINF/SEMAOB

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade

de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05  
(cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

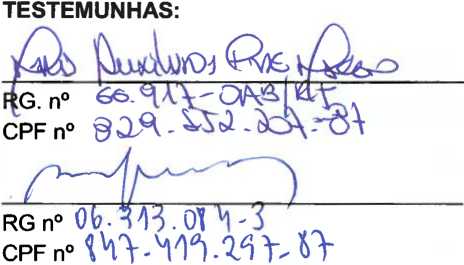


/, S 7^- */\a* r

INTER -SEA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

/ MARCO AUREUÕ GUIMARÃES MELO

Contratada .



17